

caderno de leituras n. 81

# A Europa só, só a Europa

Bruno Latour

## Só a Europa só? E “nós”?

Luciana Brandão  
Felipe Vargas

# A Europa só, só a Europa<sup>1</sup>

Bruno Latour

Tradução de Luciana Brandão e Felipe Vargas

Eu parto da ideia muito simples de que as mudanças climáticas e sua negação organizam toda a política contemporânea há, pelo menos, três décadas. Estas desempenham o mesmo papel que a questão social e a luta de classes o faziam ao longo dos dois séculos precedentes.

Não compreenderemos nada sobre a explosão das desigualdades dos últimos quarenta anos, nem sobre o grande movimento de desregulamentação que a acompanhou, se não admitirmos que uma parte importante das elites mundiais compreendeu perfeitamente o que adviria das más notícias sobre o estado do planeta, à medida que estas começaram a se cristalizar graças ao trabalho dos cientistas no início dos anos 1990.

Visto que tal ameaça era real, as elites concluíram que seria necessário ter dois comportamentos opostos: primeiro, *renunciar* ao sonho liberal do pós-guerra de um mundo que se tornou comum a partir da modernização planetária – separemo-nos, então, o mais rápido possível, do resto dos habitantes para os quais vendemos este sonho universal, por meio de uma desregulamentação generalizada; segundo, organizar de forma sistemática e a longo-prazo a *negação* da mudança ecológica, a qual, de agora em diante, envolve o que chamamos de “sistema-terra”, e não apenas o ambiente. (Podemos encontrar nos negócios da Exxon-Mobil, no início dos anos 90, na passagem brusca da pesquisa de ponta em ciências do clima e da terra para uma organização da negação das mudanças climáticas, um ponto de referência empírico conveniente para situar esta transformação dos ideais liberais).

<sup>1</sup> [Nota dos tradutores] É importante contextualizar que Latour direciona seu comentário para uma plateia europeia, em um contexto específico marcado pelas eleições presidenciais francesas em 2017, nas quais há o fortalecimento dos partidos de direita e o perigo iminente de enfraquecimento da União Europeia frente ao anúncio da saída da Inglaterra. Primeiramente este texto foi publicado em uma coletânea francesa intitulada “A Política está em nós” (La Politique est à nous), editado por Michel Wieworka. A presente coletânea, além de textos de diversos intelectuais franceses, trazia os programas das candidaturas de Yannick Jadot e Benoît Hamon.

A negação – que designamos de maneira eufemista como ceticismo climático – é crucial para dissimular aquilo que teria sido a escandalosa confissão pública da renúncia ao ideal de um mundo moderno universal para todos os habitantes. Em teoria, nada mudou: “Apressemos-nos para a globalização!”.<sup>2</sup> Na prática, tudo mudou: “Não compartilharemos mais nada, visto que não haverá planeta grande o bastante para todo mundo”.

O que torna a situação política atual tão preocupante, é que este duplo movimento – renúncia e negação – não é jamais explicitado e, contudo, é um segredo de Polichinelo.<sup>3</sup> Até o presente momento, o sintoma de que os povos, espalhados por todo o mundo, compreenderam que eles foram *abandonados* pelas elites, as quais não têm mais a menor intenção de dividir o mundo com eles, é que eles reivindicam em “um só coro”, um *retorno* aos espaços tradicionais que poderíamos chamar de pré-modernos (ou que, pelo menos, dão a impressão de sê-los). Daí esta surpreendente corrida, porque simultânea, das Filipinas à França, na Inglaterra, Hungria, Polônia, Turquia, a qual não há salvação exceto no retorno às fronteiras nacionais, às culturas tradicionais, ao solo arcaico.

Movimento de fuga que os analistas consideram como “populismo”, mas que não é senão a reação lógica das pessoas abandonadas ao léu, e que foram friamente *traídas* por aqueles que os vinham dirigindo, até então, na direção do horizonte incontornável da mundialização.

Nós estamos todos presos em meio ao que se parece cada vez mais como o despertar do pânico diante de um incêndio em um teatro: há aqueles que continuam a fugir em direção às proteções asseguradas por uma explosão silenciosa das desigualdades – que se resume pelo termo cômodo do 1% do 1% – ; e há aqueles que fogem, à reboque, para se proteger, ainda que de forma completamente imaginária, para dentro das fronteiras nacionais ou étnicas. No meio, há todos aqueles que correm o risco de tropeçar...

Onde a situação se torna potencialmente trágica é quando um governo inteiro, o dos Estados Unidos, conduzido por Donald Trump, agrupa em um mesmo movimento (i) a “fuga para frente” na direção da maximização dos lucros, abandonando o resto do mundo a sua própria sorte (os novos ministros responsáveis por representar as minorias são bilionários!); (ii), “a fuga para trás” de toda uma população em direção às categorias nacionais e étnicas (“*Faça a América grandiosa novamente*”, por detrás de um muro!); e (iii) a negação explícita da situação geológica e climática.

2 [N.t.] No original, *Fonçons vers a globalisation!* O emprego do verbo *foncer* traz aqui a ideia de um movimento forçado em direção a algo, de tentar se inserir, se “enfiar” em um lugar onde não há espaço o bastante.

3 [N.t.] Expressão utilizada para se referir a algo que é oficialmente tido como secreto ainda que, na prática, seja amplamente conhecido.

O “trumpismo” – se é que podemos empregar este termo – é uma inovação política que não se vê com frequência e que convém ser levada a sério. Da mesma forma que o fascismo soube, ele também, combinar os extremos, para a total surpresa dos políticos e analistas da época, o trumpismo combina os extremos e engana o seu mundo – pelo menos por enquanto.

Ao invés de fazer uma oposição entre as duas fugas – uma em direção à globalização e a outra em direção ao antigo campo do nacionalismo – o trumpismo age como se elas pudessem ser combinadas. Fusão que obviamente não é possível, se não fosse a negação da existência da situação de conflito entre a modernização de um lado e a condição material terrestre do outro. Daí a função do ceticismo climático, sem o qual a fusão é incompreensível. (Relembramos que, até Clinton, as questões ambientais nos EUA eram preocupação de ambos os partidos).

Esta é a primeira vez que um movimento político é explicitamente organizado por e para os negacionistas climáticos. E podemos compreender bem o porquê: a ausência completa de realismo da combinação – dos milionários trazendo milhões de membros das classes ditas médias para um “retorno ao passado” – saltaria aos olhos. O caso, no momento, não se mantém senão sob a condição de ser totalmente indiferente à situação geopolítica.

É inútil se indignar com os eleitores trumpistas como se estes não “acreditassem nos fatos”: eles não são idiotas. Pelo contrário, é devido à necessidade da negação da situação geopolítica atual que a indiferença perante os fatos se torna verdadeiramente essencial. Se fosse necessário levar em conta a contradição massiva entre fugir para frente ou para trás, seria preciso aterrizar.<sup>4</sup> Nesse sentido, o trumpismo é o primeiro governo inteiramente ecologista (mas, infelizmente, na sua forma negativa!).

Se o ano de 2017 é aquele dos perigos, é porque Trump parece impelir os Estados Unidos na direção de um sonho geopolítico que nem mesmo os aventureiros do governo de Bush Filho não puderam imaginar. Como ser realista em geopolítica se vocês negam a própria contradição entre as condições materiais da dita “geo” e os fins políticos que vocês perseguem?

Bush Filho tinha, ainda, a ideia de construir uma ordem mundial – totalmente irrealista, é claro, mas, de toda forma, vagamente relacionada com os interesses e as relações de poder. O que é tão

4 [N.t.] No original, *se mettre à atterrir*. A utilização do termo implica um trocadilho. *Atterrir* significa aterrissar, no sentido de pousar, mas também remete à ideia de um movimento de afastamento ou de aproximação em relação à terra (“aterrar”).

assustador na chegada de Trump ao poder é que ela assinala o abandono por parte dos EUA da vocação de organizar uma ordem mundial. O quê esperar de um presidente que twitta que “as Nações Unidas não são senão um clube de tagarelas” – as mesmas Nações Unidas pelas quais tantos compatriotas morreram durante a guerra para construir? Devemos concluir que ele fala de seu país da mesma maneira que Duterte fala das Filipinas, May do Reino Unido, Orban da Hungria ou Marine Le Pen da França, e que, portanto, não há mais o interesse explícito de construir uma ordem mundial comum.

Em 2017, quando a França e a Alemanha devem votar suas eleições principais, a Europa perde com Trump a proteção do que poderia ser chamado de “guarda-chuva moral” sob o qual ela tem vivido desde a Guerra, um guarda-chuva ao menos tão importante quanto aquele das armas nucleares – e certamente bem mais fácil de abrir.

O que permitia à Europa Unida – esta formidável invenção institucional capaz de ir além dos limites da soberania estatal – não se fragmentar, era sua participação, juntamente com os Estados Unidos, da construção de uma ordem mundial que a ultrapassava. Junto aos norte-americanos, os Estados europeus eram outra coisa do que simplesmente Estados. Sem os EUA, eles não são nada para além de Estados, em desacordo sobre tudo.

O que a Europa vai fazer se Trump falar dos EUA na mesma linguagem mafiosa e nacionalista que Duterte ou Beata Szydlo? O que pode fazer a Europa só, isto é, abandonada à sua própria sorte? Sabendo o que aconteceu desde Agosto de 1914, não podemos senão estremecer.

Depois do Brexit, depois de Trump, a tendência, a tentação é evidentemente de continuar o desmantelamento de toda ideia de uma ordem mundial. É o mais provável. Mas é, também, aquilo contra o qual é ainda possível lutar.<sup>5</sup> Afinal, o abandono da ideia de uma ordem mundial sob a hegemonia dos Estados Unidos é talvez uma chance.<sup>6</sup> Mas assim o é apenas se transformarmos a noção de ordem e de mundo que temos estabelecidas.

Ora, o trumpismo, porque é tão extremo, tão contraditório, oferece justamente o caminho certo – na condição de tomá-lo ao inverso... Primeiro, a contradição entre o ideal de modernização e o estado planetário não pode ser negada, ela organiza toda a política; avivar esta contradição ao invés de negá-la reorienta todas as posições.

5 [N.t.] Neste trecho, Latour se inspira na distinção que Isabelle Stengers faz entre a ideia do “provável” e do “possível”, no seu artigo *Un engagement pour le possible* ([pt: “Um engajamento pelo possível”], 2002). Nestes termos, o provável se refere às condições de realização e/ou concretização de um fenômeno, estando vinculado a uma ideia de cálculo matemático, ao que pode ser mapeado dentro das condições de possibilidade ou ocorrência de determinado evento. Já o possível aparece dentro de uma virtualidade, de um potencial do acontecimento, de algo que escapa às condições de possibilidade e se coloca de maneira inesperada. Neste sentido, o possível se relaciona mais com o papel que exerce a ideia de “potência” para o pensamento de Deleuze.

6 [N.t.] Cabe aqui destacar o sentido de “sorte” que a expressão *chance* carrega no original em francês, mas que é neutralizada no momento da tradução.

E isto não tem nada a ver com o interesse pela “ecologia” ou com o desejo de “proteger a natureza”. Trata-se das condições concretas da existência material de todos nós.

Segundo, a fuga para frente operada, por trinta anos, por aqueles que tudo desregulam já não é mais compatível com os ideais de desenvolvimento e as convocações à mundialização; esta mundialização está acabada, falta de mundo;<sup>7</sup> falemos abertamente. Não há um mundo moderno possível. Ou vocês têm um mundo – e ele não será moderno. Ou vocês são modernos – mas, daí, sem o mundo real.

Terceiro e mais delicado, bem como o ponto mais essencial para as próximas eleições: o movimento de retorno na direção da proteção das fronteiras nacionais e étnicas é *legítimo* se considerarmos que nunca houve uma alternativa à modernização e que esta foi traída, de dentro, por aqueles que mais se beneficiavam dela. Tal movimento é legítimo como reação, mas é *tolo* enquanto projeto político dado que o território nacional, o solo étnico, simplesmente não existe.

Se a mundialização era uma utopia – reservada àqueles que abandonaram a ideia de criar um mundo comum junto com as massas – o doce país do passado é outra. E, no fundo, todo mundo sabe disso. Daí a questão: podemos *reconhecer* a legitimidade desta reação e a *canalizar* na direção, a sua vez, perfeitamente realista, de um retorno ao solo, ao território, à terra – mas uma terra que não é mais nem nacional, nem global? Se é necessário se aliar, é com os “reacionários”, mas para ir a algum outro lugar.

A questão que se coloca, então, é a seguinte: pode a Europa se tornar a *pátria comum* daqueles que recusam ambas utopias? Um novo solo, tão concreto quanto o que se busca nos países do passado; infinitamente menos limitado que as fronteiras nacionais? Afinal, já que foi a Europa que impôs sobre o resto do mundo esta estranha contradição entre o espaço mundial e o velho terreno,<sup>8</sup> não caberia a ela resolver esta contradição? Um espaço reterritorializado ao ponto que possamos dizer “nossa terra-mãe é a Europa”?

A Europa está só, sim, mas só a Europa pode nos salvar.

7 [N.t.] No original, *faute du monde*. Esta expressão traz consigo algumas possibilidades de interpretação. Por um lado, pode ser lida como *falta de pessoas*, no sentido de a mundialização não ser mais possível por não mais haver pessoas o bastante se mobilizando para isso. O termo *faute* também se refere à ideia de *culpa*, ou seja, há uma parcela de responsabilidade das pessoas no fato de a mundialização não ser mais possível. Por fim, decidimos empregar o terceiro sentido, que nos parece mais coerente com o argumento do autor, de que *falta um mundo* para que possa ocorrer a *mundialização*.

8 [N.t.] No original o termo empregado é *terroir*. Segundo Le Robert, dictionnaire pratique de la langue française. Paris: Club de France, 2002, p. 1660, este termo possui dois significados usuais: uma região rural, provincial, considerada como influente sobre seus habitantes; ou um conjunto de terras de uma mesma região que fornecesse características específicas a produtos agrícolas. Assumimos os riscos ao traduzir por terreno. No dicionário online Oxford Português, versão 2016, para além das implicações comerciais colóquias do termo, o primeiro sentido etimológico deste vem do latim *terrēnus*, isto é, relativo ou próprio à Terra (planeta) ou à terra (chão). Aproveitamos a dubiedade deste sentido para aportar ao termo a singularização de uma parte da Terra/terra. Enquanto o território poderia ser medido e esquadrihado, o terreno seria uma porção qualitativa, sem medida e não separado da produção de sentido que o qualifica

# Só a Europa só? E “nós”?

Luciana Brandão  
Felipe Vargas

Em certa medida, com efeito, o texto de Latour soa bastante apelativo, chamando a atenção da Europa às mudanças climáticas e aos efeitos da sua inserção na agenda política global. As mudanças climáticas são um fenômeno alarmante e estão sendo sentidas do Chuí ao Caburaí de modo cada vez mais intenso. Os corpos sentem que é preciso reconfigurar suas maneiras de habitar o mundo. Em outra escala, a rede de peritos e a profusão de análises técnicas, baseadas em modelos matemáticos e hipóteses conflitantes também o sentem: proliferam os discursos da concretude das mudanças climáticas. A novidade, no entanto, trazida aqui por Latour, se refere ao poder discursivo não do fenômeno em si, mas da sua articulação contraditória: sua *negação* escancarada e sua *aceitação* silenciosa. Tal articulação, nos incita a pensar o autor, joga hoje o grande papel de organizar a cena do mundo.

O primeiro efeito desta contradição, materializada no posicionamento político dos Estados Unidos, na figura de seu novo presidente, Donald Trump, é uma inversão das lógicas de atuação da elite econômica (os 1% dos 1%). Segundo o filósofo francês, em teoria, nada mudou (*viva a globalização!*, brada-se pelos quatro cantos do planeta), mas na prática tudo mudou (*a César o que é de César!*, resmungam-se pelos cantos). Sugerimos, talvez, pensar no inverso: e se na prática nada mudou, mas na teoria sim? Não desejamos reforçar a divisão teoria e prática. Simplesmente acrescentar um ponto de vista em diálogo ao de Latour.



Desde o cercamento dos campos, a partir do século xvii na própria Europa, até a delimitação das áreas verdes para além da Europa nos séculos seguintes, o que está em execução é o encerramento do espaço e a re-invenção da pobreza. Neste sentido, soam instigantes as provocações de Latour: as mudanças climáticas jogam, hoje, o papel da luta de classes nos séculos passados. No caso das desigualdades sociais, ao largo dos séculos xix e xx, a prioridade era a luta contra o comunismo, isto é, em prol da sublimação de uma suposta vida parca, sem recursos e opções. Sua negação se sustentou até o momento em que a Europa conseguiu encontrar uma falsa – ou, se preferir a leitora, temporariamente verdadeira – solução conciliadora por meio das políticas de bem-estar social implementadas nos estados capitalistas do pós-segunda guerra. No caso das mudanças climáticas, no século xxi, sua negação silenciosa se dá no momento em que o foco político se volta para um assunto “muito mais urgente”, qual seja, a ameaça de invasão dos continentes no norte político, a Europa em especial, por novas levas de imigrantes e o suposto efeito direto disto, isto é, o empobrecimento econômico e cultural daquelas nações.

O que nos soa instigante, igualmente nos toca de modo aterrador: a exploração de recursos e mão de obra, a imposição do desenvolvimento sustentável, a conservação da biodiversidade e as mudanças climáticas são enunciados que orientam e seguem reconfigurando a mesma e duradoura prática geopolítica internacional. “Tragédia dos comuns” revisitada.<sup>9</sup> Com efeito, não só estes temas obedecem a ordens de enunciação e justificação distintas, como as práticas que os orientam também mudam. Ainda assim, entre uma ruptura e outra, nos parece haver um contínuo: a colonialidade se projeta sobre o mundo, de modo sempre renovado, convertendo seus habitantes naqueles que são incapazes de gerir seus recursos, assim como suas próprias vidas.

A crítica latouriana ao trumpismo não é de todo distante desta posição. Ela deixa implícito, no entanto, o que tornamos explícito. Talvez apostemos demasiado nossas fichas nisto: boa parte do sul político nunca realmente acreditou que o avanço da globalização traria uma distribuição mais equitativa dos recursos materiais do planeta. Outra parte, talvez sim. Eis o ponto de torque: aprendemos, para o bem e para o mal, lutando, se reinventando ou se calando, a nos relacionarmos com as sobras que as elites nacionais e globais deixam a reboque em seus experimentos a céu aberto – minerações, indústria de celulose, fraturamento hidráulico, usinas hidrelétricas, etc.

9 Elaborada pelo ecologista Garret Hardin e publicada na *Science* em 1968, a hipótese da “tragédia dos comuns” baseia-se na ideia de que os agentes que utilizam um mesmo recurso natural (por exemplo, pescadores utilizando uma mesma lagoa, ou pastores utilizando um mesmo campo de pastagens para alimentar seus rebanhos), ao buscarem maximizar seus ganhos de acordo com a lógica do benefício individual, no nível do agregado coletivo, acarretariam perdas generalizadas para todos os demais devido ao esgotamento do recurso. Como solução para este problema, Hardin sugere uma política de “cercamentos das terras” e a ins-tauração de lotes de propriedade privada. A hipótese foi contra argumentada pela economista e ganhadora do Prêmio Nobel Elinor Ostrom em seu trabalho “Governando os Comuns”.



À direita, por exemplo, adota-se de vez o pacote do neoliberalismo. Aceitamos nossa posição de exportadores de matérias primas não beneficiadas como parte “natural” na divisão internacional do trabalho, enquanto pedaços imensos das nossas chapadas são vendidas para japoneses e alemães, ou até mesmo queimadas para, depois, servirem de substrato para plantação de soja. À esquerda, defende-se o discurso do nacional-desenvolvimentismo, expressão mais bem acabada do falacioso nacionalismo multi-étnico brasileiro que, de multi-*étnico*, tem apenas a manutenção do domínio de uma oligarquia de origem europeia-caucasiana sobre as demais. Em nome do desenvolvimento, do progresso e da segurança nacional, promovemos a instalação de grandes projetos a fim de realizar a extração massiva dos recursos naturais brasileiros destinados para o outro lado do Atlântico – e, por que não, do Pacífico – em prol do “bem viver” de comunidades locais.

Todavia, estamos longe de sermos pobres ou incapazes de cultivar o cuidado para conosco. Ecoam gritos e experiências de insurgência e desobediência: a retomada de terras guaranis no sul do Brasil, a luta Yanomami contra o garimpo no norte, a re-apropriação do monte Roraima pelas etnias indígenas locais, a ocupação de espaços públicos como crítica aos problemas de concentração de renda e expropriação de moradias em São Paulo, no Rio de Janeiro, etc. Não que estas experiências constituam um tecido homogêneo. Elas sinalizam uma multiplicidade, um todo que é parte. Deste modo, nos permitem imaginar, junto com Latour, outra resposta à questão climática: aquela das lutas singulares contra as facetas da máquina colonial. Quiçá seja isto que este autor oferece à reflexão: não é mais possível para a elite, por mais que seu discurso assim se ensaie, de manter a “massa” como categoria homogênea. A elite investe *numa tragédia do diverso*, porém ela mesma é parte deste tecido.

Disto, propomos pensar a respeito de outro efeito desta articulação entre negação e aceitação, muito bem pontuado pelo filósofo, qual seja, o retorno à segurança das fronteiras nacionais. Donald Trump o faz nos Estados Unidos. No limiar, nossos governantes o fazem no Brasil, mobilizando discursos inflamados de “soberania nacional” quando lhes é conveniente. Defendem a expulsão de “ONGs ambientais internacionais conservacionistas e representantes de interesses estrangeiros”, enquanto vendem o solo da Amazônia para multinacionais. Nada mais do que a internalização da mentalidade colonial. Esta articulação reverbera do macro ao micro, irrigando a “marcha pelas famílias”, o análogo dos eleitores trumpistas no cenário

brasileiro, na defesa do cerceamento físico e moral de seus concidadãos. Pouco importa que as mudanças climáticas não estejam no bojo dos discursos desta reunião inflamada de pessoas: é que, como os eleitores de Trump, elas também têm que negá-las.

Aqui e acolá, portanto, ondas semelhantes chegam às margens do Atlântico.

É a partir desta percepção que Latour nos instiga a refletir sobre a seguinte questão: para qual horizonte a negação do fenômeno climático e o ressurgimento da defesa do território nacional nos levará? Aqui, não sabemos da resposta, ou, quiçá, ela nos seja demasiado óbvia: à mesma e velha geopolítica de manutenção da diferença colonial. Com este simples arrazoado, sugerimos um relampejo de suspeita de uma Europa que se encontraria “sozinha”.

Primeiramente, o rompimento do acordo estabelecido (entre Europa, europeus, Estados Unidos e estadunidenses) não parece tão decisivo. Como especulação, tomemos a China. Líder do discurso negacionista, maior emissor de CO<sub>2</sub> do mundo,<sup>10</sup> a China pode muito bem ter antecipado o trumpismo em alguns anos – para em seguida revertê-lo em prol da liderança de uma governança climática global, lado a lado com Europa e Canadá.

Segundamente, o discurso sensacionalista de Trump não serve de indicativo de que ele fará os Estados Unidos abandonarem a sua vocação de (des)ordenador mundial. O descaso com o regime construído, institucionalmente, sob os auspícios da ONU, em se tratando de política estadunidense, não é uma grande novidade. O posicionamento do novo presidente apenas escracha abertamente a política que outras administrações anteriores já vinham implementando, a de Bush Filho sendo, talvez, o exemplo mais emblemático. Por outro lado, é com efeito importante estarmos todos (no sul e no norte) atentos a quais outros instrumentos Trump irá utilizar, quando for cumprir o seu destino manifesto de “líder global” alheio aos espaços de diálogo e negociação implementados desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Terceiramente, é ponto certo que a crise ecológica planetária, materializada na contradição que as mudanças climáticas fazem operar, como nos alerta Latour, substitui o ideal da modernização globalizada de que não haveria limites para fruirmos das benesses do capitalismo. Alertamos, ainda assim, para a não construção de um discurso de universalidade das condições de existência e

10 Ver [http://data.worldbank.org/indicator/EN.ATM.GHGT.KT.CE?contextual=default&locations=CN-US&year\\_high\\_desc=true](http://data.worldbank.org/indicator/EN.ATM.GHGT.KT.CE?contextual=default&locations=CN-US&year_high_desc=true)

habitabilidade na terra ao se defender, no início, que todos iriam usufruir das benesses da globalização sendo que agora, a globalização está massacrando a todos.

Será que o destino de todos os povos, das Filipinas às Américas, encontra-se mesmo inevitavelmente entrelaçado àquele do mundo dito desenvolvido? Se sim, o modo como as mudanças climáticas nos afetam, no sul, será correlato a como atingem o norte? De fato, o contato entre brancos e indígenas, na América Latina, remonta desde o século XV, isto é, nossos destinos estão entrelaçados, para o bem e para o mal. Entretanto, como dissemos, se ondas semelhantes chegam às margens opostas do Atlântico, estas margens não são exatamente as mesmas. O acordo norte-sul é outro: trata-se da inclusão condicionada do sul na agenda política do norte, ou seja, da prática de uma performance de incapacidade e pobreza que se espera daqueles que ocupam a categoria de “sub” – subdesenvolvidos, sul-desenvolvidos. Não se engane a leitora: o projeto moderno foi e é real, sempre gerou efeitos sentidos pelos corpos por ele aqui tocados. Habitamos um mesmo mundo. E disto o texto de Latour é exemplo sugestivo. Todavia, também habitamos mundos bastante diferentes.

Pensemos, por exemplo, na luta contra a exploração da água e da terra que o coletivo de mulheres e a reorganização dos espaços comuns nos Andes travam, segundo nos relata Raquel Aguilar (2017); ou na fascinante obra de Silvia Cusicanqui e El Colectivo (2014) que recoloca a crítica ecológica desde o prisma da ética e da estética das práticas das tecelãs Aymaras; ou ainda na readequação das dinâmicas de plantio nas ilhas Torre, em Vanuatu, analisada por Carlos Mondragón (2004). Pensemos em Ailton Krenak e seus desconcertantes ensinamentos na Universidade do Mato Grosso e do Pará; sem mencionar, ademais, o estupendo esforço de Davi Kopenawa – em colaboração com Bruce Albert (2010) – em alertar aos brancos sobre a “queda do céu” causada pela “fumaça do metal”. Todas e todos, para além do perspicaz diagnóstico de Latour, fabricam novas *proposições* diante do cenário das mudanças climáticas e de outras questões ambientais.

De um lado, o potencial crítico de Latour é altamente pertinente. Trata-se da ideia de que a materialidade do mundo está sob ameaça. Trata-se, também, de reconhecer a responsabilidade que a Europa tem para com o resto do mundo, sendo esta a grande promotora do capitalismo industrial. De outro lado, nos parece relevante

singularizar estas preocupações: desde a Europa para com a Europa e, daí, para o com o resto do mundo. Nosso receio se situa ao *agrupar todos estes múltiplos nós* em um único invólucro que acabe esvaziando a agência política daqueles que não pertencem ao terreno desta Europa que, estando sozinha, pode, sozinha, nos salvar. Não se trata, menos ainda, de dizer que o “sul” vai salvar o mundo da crise climática. Almejamos tão simplesmente explicitar a presença da correlação entre responsabilidade e autoridade e problematizar esta amarra. Ao se perceber como responsável pela crise ecológica, a Europa correria o risco de se colocar no lugar de autoridade para resolvê-la. Bem ou mal, os desafios que aquele continente enfrenta estão ligados ao nosso. Contudo, esta boa vontade, aqui, talvez não seja o bastante.

De um lado, assim, em estreito diálogo com Latour, nos vemos confrontados com as seguintes questões: qual seria o mundo que se cria das ruínas do mundo?; quem irá governá-lo? O filósofo aponta, em maior ou menor grau, a pertinência destas questões. De outro, contudo, se preparar para desfazer a articulação entre responsabilidade e autoridade requer desconfiar do “comum europeu”. Se aprofundarmos este conceito, vemos que ele possui, historicamente, um significado pontual: o comum é aquilo cuja propriedade é partilhada entre os proprietários (todos donos, todos responsáveis). Tal qual a solução de Hardin. Já as experiências que citamos, no sul, mais acima, nos permitem conjurar outro sentido, especular sobre outro substrato mínimo: o comum é aquilo que não tem propriedade, vis-a-vis, que não é apropriável. A relação com o mundo passa, então, por outra semântica e outra sintaxe que não faz escala entre autoridade e responsabilidade.

É que, aqui, como já dizia Carpentier (CHAO, 1984), o insólito é cotidiano. Esta ideia explicita porque iniciamos este texto com uma aposta: boa parte do sul nunca acreditou no projeto moderno, na correspondência entre globalização e distribuição equitativa dos bens materiais que, de arrasto, converte o outro em exótico. Aqui, a matéria não compõe a realidade por meio do estatuto de “bens expropriáveis”; ela está viva e se manifesta em suas estranhezas. As conjunções materiais do mundo – animais, minerais, vegetais, pessoas, espíritos, por exemplo – são acontecimentos prenes de potencialidades e sentidos. Se ainda guardamos dentro de nós alguma conexão com este *real maravilhoso*, isto é, um modo de nos relacionarmos com nossos terrenos enquanto vivos, nos parece que a *urgência* é outra. Não se trata exatamente de uma “urgência

de salvação” no seu sentido emergencial ou imediato que conflui a uma prática do confinamento do espaço e dos corpos – por exemplo, salvem a Amazônia, o pulmão do mundo, a qualquer custo! Trata-se, talvez, do inverso. Do latim *urgēre*, trata-se de “apertar, comprimir, impelir”, ou fazer sentir todo o real, vivo, interno, no corpo, a cada instante em que este se apresenta para nós.

#### Referências

AGUILAR, Raquel Gutiérrez. *Horizontes comunitário-populares: producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas*. Madrid: Traficantes de sueños, 2017

CHAO, Ramón. *Conversaciones con Alejo Carpentier*. Barcelona: Ediciones Argos-Vergara, 1984.

CUSICANQUI, Silvia Rivera; EL COLECTIVO (Coord.). *Principio Potosí Reverso*. Madrid: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, 2014.

HARDIN, Garret. The tragedy of the commons. *Science* (1968). Disponível em <[http://www.garretthardinsociety.org/articles/art\\_tragedy\\_of\\_the\\_commons.html](http://www.garretthardinsociety.org/articles/art_tragedy_of_the_commons.html)>. Consultado em novembro de 2017.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *La chute du ciel: paroles d'un chaman Yanomami*. Paris: Plon, 2010.

MONDRAGÓN, Carlos. Of winds, worms and Mana: the Traditional Calendar of the Torres Islands, Vanuatu. *Oceania*, vol. 74, n. 4, p. 289-308, 2004.

OSTROM, Elinor. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective actions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

STENGERS, Isabelle. Unengagement pour le possible. *Cosmopolitiques*, n. 1: La nature n'est plu ce qu'elle était, pp. 23 – 36, 2002.